



Nada de catracas para filtrar e excluir estudantes!

Pelo direito dos moradores irregulares de permanecerem no Crusp!

A reitoria da USP, por meio da Prip (Pró-reitoria de Inclusão e Pertencimento), traçou um plano de reforma das entradas dos prédios de moradia da USP – Crusp. Cerca de 1.600 estudantes moram no conjunto residencial, dos quais cerca de 300 não foram aprovados e regulamentados pela Prip – são os moradores “irregulares”. São estudantes como os outros, têm necessidade de abrigo para conseguirem estudar (as dificuldades para quem mora no Crusp fazem com que somente quem precisa muito more ali). A reitoria da USP e sua Prip não valorizam a moradia estudantil, sabem que nas últimas décadas os movimentos dos estudantes – greves, ocupações, protestos, etc. – têm grande força entre os cruspianos. Segundo a consultoria da McKinsey, o melhor para a burocracia que administra a USP seria transformar a moradia em lugares de aluguel, para ter mais uma fonte de arrecadação e para terminar com a camada empobrecida de estudantes que somente podem permanecer na USP se tiverem a moradia, como parte da permanência estudantil e do direito efetivo, concreto, ao ensino superior público e gratuito.

A moradia estudantil foi uma conquista histórica do movimento estudantil, desde os tempos da ditadura militar, e que foi sendo construída a partir das ocupações, tendo sido o bloco D, atualmente fechado para “reformas”, o último deles. Também os blocos K e L eram moradia estudantil, mas a ditadura militar transformou os prédios em escritórios da reitoria, e mesmo depois do fim da ditadura militar, até hoje ainda são, embora tenham sido prometidos para a devolução aos estudantes desde 2010. O bloco A1 foi construído após sua conquista pela greve estudantil e ocupação da reitoria de 2007.

Desde 2017, com a aprovação das medidas de limitação dos gastos da USP (chamada de “teto do fim da USP”), as sucessivas gestões da reitoria vêm atacando as condições da moradia e permanência estudantis. Ao ponto de o movimento estudantil ter organizado sua greve geral em 2018 com a pauta principal de defesa da permanência estudantil. – incluía a devolução dos blocos K e L, mais moradias, bolsas de um salário mínimo, liberação das verbas retidas para funcionamento do Hospital Universitário, contratação de professores e funcionários necessários.

O descaso da burocracia universitária com a moradia estudantil repercutiu em destruição por sucateamento da iluminação dos corredores do Crusp, sucateamento das máquinas de lavar coletivas, vazamentos de esgoto e incêndios em apartamentos, quebras de elevadores. A redução absurda do número de funcionários, de forma a que

um único funcionário ficasse responsável pela manutenção de mais de um bloco sozinho, serviu de instrumento de sucateamento.

A falta de moradia para estudantes da USP contrasta com a altíssima verba manejada pela burocracia universitária, um dos maiores orçamentos do Brasil, incluindo aí estados e municípios. Verba que é destinada a obras de necessidade duvidosa, sem a devida transparência e controle dos gastos públicos, e muitas vezes em benefício de fundações e outras organizações privadas. O mesmo acontece com a atribuição das vagas de moradia. Os critérios e as avaliações são nebulosos e muitas vezes excluem parte dos mais necessitados. Os que não conseguem a moradia pela via regular, ora têm de buscar alternativas em aluguéis caríssimos da região, para os quais às vezes contam com bolsas de algumas poucas centenas de reais, ou têm de bater nas portas dos apartamentos, expor suas condições aos colegas e passar a morar como irregulares, não sabendo ao certo até quando conseguirão continuar estudando. Para a maioria destes, o despejo do Crusp será o fim de suas vidas escolares na USP.

A tentativa atual da reitoria e da Prip, de instalarem catracas de controle de entrada e saída nos blocos do Crusp (desta vez tentaram nos blocos F e G), jamais foi apresentada como uma das medidas de exclusão de irregulares. O pretexto apresentado é a “segurança” dos moradores. Sabemos que não passa de pretexto, porque os assaltos, assédio e demais violências que são feitas contra estudantes permeiam a USP, especialmente nos locais em que há caixas eletrônicos e maior quantidade de estudantes de classe média alta ou enriquecidos. A USP fechada e murada cria bolsões ermos que favorecem a criminalidade. Não é caso do Crusp.

A consequência da instalação de catracas será fatalmente o controle e bloqueio da entrada de moradores irregulares. Ou, mais precisamente, seu despejo. É isso que é necessário impedir. E não serão conversas moles no interior dos gabinetes mofados da burocracia universitária que conseguirão impedir mais esse ataque aos estudantes, e sim a mobilização.

Embora afete 300 estudantes de forma imediata, a instalação de catracas vai impor maior controle da burocracia universitária sobre a moradia estudantil. O que significa que seus interesses particulares, e não os dos estudantes, é que valerão na prática, para a moradia, e com ela, para a permanência estudantil.

O programa proletário para a moradia estudantil defende que haja moradia e bolsas a todos os que precisarem. E que o controle de conjunto sobre a moradia – as necessidades infraestruturais, de funcionamento, de acesso e circulação, de manutenção, etc. – sejam todas decididas pelo movimento estudantil, por meio das assembleias e demais organizações dos estudantes. A isso chamamos de controle estudantil da moradia. Isso não tem nada a ver com um restrito controle de entrada e saída de moradores dos blocos. Não se constrói um real controle estudantil da moradia dizendo quem pode ou não entrar nos blocos, sob a determinação da Prip e reitoria. Ao contrário, isso seria a subordinação do movimento estudantil aos mandatários da USP e aos seus planos e medidas de ataques às condições de permanência estudantil.

Por isso, ***defendemos a rejeição completa das catracas nas entradas dos blocos***. Essa reivindicação deve ser assumida pela direção do DCE e dos CAs como parte da defesa do direito ao ensino público e gratuito na USP. ***É preciso convocar assembleias nos cursos e uma assembleia geral da USP, para organizar imediatamente a resposta de conjunto dos estudantes aos burocratas privatistas da USP***.